



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 9º andar, Sala 905-D-4,
Brasília, Distrito Federal, Brasil - CEP: 70308-200
Telefones: (61) 2027-3978 / (61) 2027-3892

Ata de Reunião

Data: 16/11/2015

Local: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Participantes:

Rogério Sottili – SDH
Sílvio Brasil – SDH
Adilson Carvalho – SDH
Cátia Silva – SDH
Luis Fujiwara – OIT
André Villela – ANAMATRA
Rafael Rodrigues – MPT
Luciana Barcellos – ABRAT
Raquel Perrota – CFOAB
Sebastião dos Santos – SINAIT
Marília Ramos – REPORTER BRASIL
Rogenir Costa – CRS
Frederico Melo – CNA
Tania Garib – MAPA
Ricardo Rezende – GPTEC
Adonia Prado – GPTEC
Sônia Benevides – GPTEC
Nancy Cardoso – CPT
Carlos Eduardo Silva – CONTAG
Eduardo Tornaghi – MHUD
Marcia Albernaz – MTPS
Miguel Mesquita – COETRAE/RJ
Sávia Cordeiro – COETRAE/RJ

1. Abertura

Rogério Sottili – Faz uma saudação inicial aos presentes e apresenta informes sobre a situação da SDH e da CONATRAE, no contexto de reestruturação administrativa do governo federal, ora em andamento. Lembra sua trajetória anterior na SDH e, mais recentemente, na Secretaria de Direitos Humanos da cidade de São Paulo. Afirma o compromisso do governo de que a agenda política de direitos humanos não será diminuída em razão das mudanças e reforça sua disposição e empenho em valorizar a CONATRAE e a pauta de erradicação do trabalho escravo. Agradece ao GPTEC e à UFRJ, que recebem a Reunião itinerante da CONATRAE.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 9º andar, Sala 905-D-4,
Brasília, Distrito Federal, Brasil - CEP: 70308-200
Telefones: (61) 2027-3978 / (61) 2027-3892

2. Informes Coetrae/RJ

Miguel Mesquita – Relata que a COETRAE existe desde 2010, mas encontrava-se desarticulada até 2014, com poucos órgãos e quase nenhuma participação de entidades da sociedade civil. Esclarece que o trabalho escravo no Rio de Janeiro é essencialmente explorado sobre pessoas que vem de outras regiões, por isso a pauta se mistura com outros temas como migrações nacionais e internacionais e tráfico de pessoas. Informa que a COETRAE está em processo de fusão institucional com a estrutura que trata do tráfico de pessoas. Conclama a CONATRAE a propor a discussão de temas como a migração e tráfico de trabalhadores, que envolve e é de interesse de outros estados. Nesse sentido, aponta como sugestão de tema a ser discutido, o caso da Feira da Madrugada em São Paulo, que a atenção da COETRAE - RJ. Alerta que, em 2016, por causa das Olimpíadas, o trabalho escravo no estado tende a aumentar, o que exigirá maior atuação da fiscalização. Agradece e dá boas vindas a todos.

Rogério Sottili – Sugere como pauta da próxima reunião da CONATRAE o tema da Feira da Madrugada em São Paulo.

3. Sistema de Monitoramento – apresentação da OIT

Foi exibida uma apresentação em powerpoint, com narração em áudio de Thaís Brianezi, da Repórter Brasil.

Luis Fujiwara – Em complementação à apresentação, informa que o sistema de monitoramento terá caráter sistêmico e será hábil a gerar informações gerenciais, de apoio à gestão. Informa ainda que o sistema poderá ser facilmente adaptável também ao monitoramento dos planos estaduais de erradicação do trabalho escravo.

Rogenir Santos – Lembra que o primeiro monitoramento levou ao II PNETE, e que é preciso interação dos resultados do monitoramento e seus indicadores com os gestores das pastas responsáveis pelas ações de assistência sociais, de maneira a atender os trabalhadores resgatados.

Silvio Brasil – Lembra dos passos desenvolvidos até o momento, das conversas iniciais com a OIT até as reuniões sobre a definição de indicadores. Agradece a iniciativa da OIT e o trabalho da Repórter Brasil e reforça a compreensão de como a ferramenta em desenvolvimento permitirá que se avalie de maneira efetiva o cumprimento das ações apontadas no II PNETE, bem como a necessidade de sua atualização.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 9º andar, Sala 905-D-4,
Brasília, Distrito Federal, Brasil - CEP: 70308-200
Telefones: (61) 2027-3978 / (61) 2027-3892

4. Ataques aos defensores dos direitos humanos

Marília Ramos – Relata uma série de ameaças e perseguições contra a ONG Repórter Brasil e ao ativista Leonardo Sakamoto, incluindo ameaças, invasão do portal na internet, processos judiciais e campanha difamatória. Informa que a situação já foi comunicada à ONU.

Rogério Sottili – Informa que a SDH está avaliando a inclusão de Leonardo Sakamoto no programa de proteção aos defensores dos direitos humanos.

Luis Fujiwara – Opina que a situação é mais séria ainda que o relato, com ataques diretos a familiares. Lembra ainda que este é um problema de caráter nacional, em que diversos defensores dos direitos humanos estão sob ameaça. Informa que, na última Avaliação periódica da ONU, no que se refere ao Brasil, há um indicativo da necessidade de maior proteção aos defensores dos direitos humanos.

Rafael Rodrigues- Solidariza-se com a Repórter Brasil. Informa que o MPT acompanhou todo o processo no estado da Bahia (em processo no qual foi acionada a Repórter Brasil, em função da divulgação, com base na LAI, dos nomes de pessoas e empresas flagradas pela fiscalização, que se utilizam do trabalho escravo), o qual, com a participação do MPT e Ministério Público estadual, viu revertida a decisão no Tribunal de Justiça da Bahia, atendendo os argumentos dos advogados de defesa.

Sebastião dos Santos – Solidariza-se, em nome do SINAIT, com a situação dos defensores sob ameaça. Informa sobre o julgamento da Chacina de Unai e a satisfação pela condenação dos mandantes dos assassinatos dos auditores e servidor do MTE. Agradece, ainda, a participação dos vários componentes da CONATRAE que contribuíram na luta, até esse desfecho.

Rogério Sottili – Propõe a aprovação e divulgação de uma moção de apoio à Repórter Brasil e de repúdio aos ataques aos defensores de DH. Moção aprovada por unanimidade.

Luciana Barcellos – Sugere a extensão da moção de apoio a todos os demais defensores e atores sociais que se vejam ameaçados por sua atuação na luta contra o trabalho escravo.

Márcia Albernaz - Informa que em função de sua atuação, ela e demais auditores fiscais também vem sofrendo ataques e ameaças em variadas formas, particularmente com as grandes construtoras. Propõe que as fiscalizações no Rio de Janeiro, recordista em resgate de trabalhadores no setor da construção civil, sejam feitas por auditores, em Grupos Móveis, e não por auditores isoladamente ou aqueles vinculados ou circunscritos à região onde ocorra a fiscalização.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 9º andar, Sala 905-D-4,
Brasília, Distrito Federal, Brasil - CEP: 70308-200
Telefones: (61) 2027-3978 / (61) 2027-3892

5. Balanço das Fiscalizações e o Trabalho Escravo de chineses no Rio de Janeiro

Ricardo Rezende – Sugere que se aproveite a oportunidade, e se ouça, inicialmente, um relato sobre o balanço das fiscalizações no Rio de Janeiro, feito pela auditora Marcia Albernaz.

Márcia Albernaz – Márcia faz apresentação em powerpoint sobre o caso dos trabalhadores chineses, detalhando as informações sobre a situação de alguns desses trabalhadores resgatados. Estima que há cerca de 5 mil chineses no Rio de Janeiro e que haveria, e que desse contingente haveria aproximadamente 500 trabalhadores sendo explorados em condições análogas à de escravo. Relata sobre outros segmentos de atuação da fiscalização, como o trabalho em embarcações de pesca, em que os trabalhadores são submetidos a condições precárias de trabalho e, ainda, o setor da construção civil, ao qual atribui muitas das ameaças e ataques pessoais que recebeu por força de sua atuação. Ressalta que o momento requer da Administração Pública que faça ações de prevenção com o Grupo Móvel, para ter uma noção mais clara das dimensões do problema a ser enfrentado.

Eduardo Tornaghi – Propõe uma reflexão sobre o trabalho escravo, visto por ele como um problema agudo e sintoma do desrespeito aos direitos humanos em nossa sociedade e nela enraizado. Denuncia que a Guarda Municipal do Rio de Janeiro promoveu operação na Central do Brasil contra os vendedores ambulantes, com vasta utilização de balas de borracha e relata que a ordem do prefeito, segundo o chefe da operação, era “limpar o lixo” do local.

Márcia Albernaz – Fala sobre o caso dos modelos, chamados “Barbies”, homens de boa aparência recrutados com a promessa de trabalharem na TV Globo, explorados pelos aliciadores, inclusive sexualmente, que lucram cerca de R\$ 5.000 mensais com a exploração, utilizando-se de várias praticas criminosas para mantê-los sob seu controle. Informa ainda que se observa atualmente no Rio de Janeiro a exploração de trabalhadores senegaleses e croatas, em situações análogas a de escravo, como vendedores ambulantes na venda de produtos importados.

Ricardo Rezende – Relata que há mais ou menos quatro anos foi feito um levantamento sobre trabalho escravo no Rio; no caso chinês, o problema está ligado às mudanças na China desde 1992, que tem gerado deslocamento de pessoas daquele país para diversas partes do mundo. Informa que, no Brasil, pelo menos 10% dos trabalhadores no comércio no Saara é de chineses. Afirma que, diante do evidente aumento crescente do número de trabalhadores chineses, nem sempre as autoridades sabem como se comportar. Exemplifica o caso de Yan, um dos trabalhadores resgatados, em que não havia ao menos alguém que falasse mandarim. No caso de outro trabalhador, Liu, uma série de dificuldades burocráticas e falta de informações transformou o processo em uma experiência pouco profissional de grandes dificuldades para o resgatado. Há evidencias de que se trata de uma rede envolvida na exploração e propõe que a CONATRAE faça gestões junto ao Ministério da Justiça para apoio à Polícia Federal nas investigações em relação aos chineses, que parecem ter sido paralisadas.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 9º andar, Sala 905-D-4,
Brasília, Distrito Federal, Brasil - CEP: 70308-200
Telefones: (61) 2027-3978 / (61) 2027-3892

Luís Fujiwara – Propõe que a CONATRAE atue de modo a juntar as pautas onde os problemas da migração são semelhantes, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, mas são também situações que se vê nos estados do Acre, com os haitianos e Mato Grosso, para troca de informações e aprendizado de todos sobre as experiências de cada um.

Miguel Mesquita – Justifica as dificuldades no caso do chinês Liu, em razão da novidade da situação e informa que, depois da experiência, a Secretaria criou um protocolo para casos semelhantes.

Sebastião dos Santos – Relata a situação de repetidas ameaças a auditores fiscais e diz que é preciso fortalecer a fiscalização e a realização de concurso para auditores.

Luciana Barcellos – É necessário um olhar positivo sobre tudo que foi construído nos últimos anos na agenda de direitos humanos. Fala que o caso Liu pode ser um divisor de águas e diante de tudo que houve e de todas as experiências que o caso oferece, que sejam criadas políticas públicas para dar suporte às instituições, diante de situações semelhantes.

6. Aprovação das atas das Reuniões Ordinárias da CONATRAE de Agosto e Setembro

Rogério Sottili – Propõe que sejam aprovadas as atas das duas últimas reuniões. Aprovadas por unanimidade. Propõe ainda que se faça no início de 2016 um seminário sobre trabalho escravo. Na próxima reunião da CONATRAE será apresentada uma proposta para o Seminário, que será aberta à sugestão de temas.

Carlos Eduardo – Avalia que o ano de 2015 foi perdido para a CONATRAE. Ressalta que é preciso reformar a Comissão e que os temas que surgiram na reunião e outros tão importantes quanto requerem reflexão mais aprofundada. É preciso uma duração maior das reuniões da Comissão, pois são temas complexos e que precisam de um tempo maior para ser discutidos. Ressalta que a CONATRAE precisa decidir o que ela quer para 2016 e que a questão das ameaças aos defensores não pode ficar apenas na moção.

Sílvio Brasil – Ressalta que a Coordenação vem trabalhando para a reorganização da CONATRAE, seja na aproximação com os fóruns estaduais, seja na discussão da própria estrutura da instância nacional. Lembra da instalação da Comissão de Reestruturação, proposta aprovada na Reunião Ordinária do mês de agosto, que já se reuniu e definiu encaminhamentos relativos a essa tarefa, tendo como horizonte de definição o primeiro semestre de 2016. Em relação à proposta do Seminário, diz que há outros temas importantes que precisam ser discutidos e que alguns deles deverão ser remetidos ao Encontro Nacional das COETRAEs, a ocorrer em 2016, para o qual já existe também uma Comissão definida para sua organização. Lembra que é preciso ir aos territórios, onde efetivamente a política de combate ao trabalho



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 9º andar, Sala 905-D-4,
Brasília, Distrito Federal, Brasil - CEP: 70308-200
Telefones: (61) 2027-3978 / (61) 2027-3892

escravo se efetiva e da importância das reuniões itinerantes para a aproximação da CONATRAE à realidade dos estados.

Rogério Sottili – Pondera não ser possível esperar um semestre inteiro para reorganizar a Comissão Nacional e propõe que seja apresentado um calendário, uma agenda de trabalho, para o processo de reestruturação que agilize os resultados e ofereça uma proposta de planejamento na primeira reunião em janeiro de 2016, que defina data para finalização do regimento e do processo como um todo.

Frederico Melo – Lembra que já foi aprovada no ano passado uma proposta de Regimento, e que aguarda um posicionamento da Coordenação sobre a definição desse processo. Afirma que se a Comissão ainda não tem um Regimento, isso se deve à morosidade do Governo. Entretanto, não considera o ano como perdido, mas como de reorganização e reestruturação, e avalia que os atrasos nas reuniões se deveram às várias mudanças de gestão ocorridas no governo. Entende que se houver efetividade no que foi proposto nesse ano, permitirá avanços nas ações da CONATRAE em 2016.

Silvio Brasil – Lembra que na reunião de julho deste ano foi informado ao pleno da CONATRAE sobre a devolução do jurídico da SDH quanto à proposta de Regimento e que a ASJUR havia questionado pontos importantes da proposta aprovada na reunião de outubro de 2014. Ainda na reunião de julho, a Coordenação da CONATRAE ressaltou a necessidade da discussão sobre a reestruturação da Comissão (para o que foi instalada a Comissão de Estruturação, em agosto), levando em consideração e recuperando um debate já iniciado em anos anteriores na própria Comissão Nacional, que comporta inclusive a proposição de nova configuração dos seus membros e que, portanto, seria adequado fazer a definição do Regimento no bojo desse processo.

Rogério Sottili – Sintetiza as pautas necessárias para as reuniões de dezembro e janeiro: em dezembro estará na pauta as atividades relativas ao dia 28 de janeiro (dia nacional de combate ao trabalho escravo), a Feira da Madrugada e a proposta de Seminário Nacional; na reunião de janeiro estará a proposta de calendário político para 2016 e encaminhamentos sobre a reestruturação normativa da CONATRAE.

7. Informes

Silvio Brasil – Informa sobre a articulação com as Comissões Estaduais, que incluiu as visitas ao Pará, duas idas ao Mato Grosso, ao Maranhão e com agenda sendo construída para visitas à Bahia, bem como ao Amazonas, onde está sendo articulada a instalação da COETRAE/AM.

Ricardo Rezende – Informa sobre a VIII Reunião Científica do GPTEC e o lançamento de livros, e demais eventos da programação. Informa ainda sobre o encontro do ator Wagner Moura com a presidenta Dilma Rousseff, em Bogotá, onde ela se comprometeu, caso o PLS 432 seja



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 9º andar, Sala 905-D-4,
Brasília, Distrito Federal, Brasil - CEP: 70308-200
Telefones: (61) 2027-3978 / (61) 2027-3892

aprovado com redução do conceito de trabalho escravo no artigo 149 do CP, a vetá-lo; informa que ela também se comprometeu a agilizar o envio ao Congresso Nacional do Protocolo Adicional à Convenção 29 da OIT.

Rogério Sottili – Faz uma reflexão sobre a conjuntura atual em relação ao aumento da cultura de violência, e as marcas dessa violência sendo naturalizada em nossa sociedade. Reitera a trajetória histórica da CONATRAE na luta pelo trabalho decente e sua responsabilidade frente à conjuntura e a necessidade de ter a sensibilidade política para avaliar as propostas de nosso interesse frente a essa conjuntura. Por fim, encerra agradecendo às instituições e seus representantes, em particular ao Prof. Ricardo Rezende e à UFRJ pelo apoio à realização da Reunião.

8. Deliberações e Encaminhamentos

1. Aprovada a publicação de moção de apoio aos defensores de direitos humanos ameaçados;
2. Aprovada a proposta de que seja recomendado ao MTPS que as fiscalizações em empreendimentos da construção civil no Rio de Janeiro, e nos demais estados, que sejam feitas por auditores do Grupo Móvel, como forma de preservar das ameaças e ataques os auditores lotados nas circunscrições fiscalizadas;
3. Aprovada proposta de que a CONATRAE solicite ao MJ que apoie a ação da Polícia Federal no caso dos trabalhadores chineses;
4. Aprovada a proposta de que a CONATRAE proponha o debate de pautas que contemplem situações correlatas de diferentes estados – citado o caso do trabalho de estrangeiros em SP, RJ, AC e MT;
5. Aprovadas as atas das duas reuniões anteriores;
6. Aprovada a proposta de que a reunião de dezembro de 2015 seja em dois turnos;
7. Aprovada a inclusão de pontos de pauta nas reuniões de dezembro e janeiro, da seguinte forma:
 - i. Reunião de dezembro:
 1. Atividades de 28 de janeiro;
 2. Feira da Madrugada;
 3. Proposta de Seminário Nacional.
 - ii. Reunião de janeiro:
 1. Proposta de calendário político para 2016;
 2. Encaminhamentos sobre a reestruturação normativa da CONATRAE (Decreto e Regimento).